

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.159, DE 1999

Dispõe sobre a obrigatoriedade de comprovação da propriedade ou o devido termo de responsabilidade de quem põe objetos empenhados na Caixa Econômica Federal.

Autor: Deputado LINCON PORTELA

Relator: Deputado JORGINHO MELLO

I - RELATÓRIO

No Projeto de Lei nº 1.159, de 1999, busca-se estabelecer como exigência para a realização do penhor civil junto à Caixa Econômica Federal a apresentação de um comprovante de propriedade do bem móvel ou a assinatura de um termo de responsabilidade. No mais, determina-se que, em havendo comprovação do bem empenhado ser objeto de prévio furto ou roubo, caberá a devolução a quem comprovar a propriedade, devendo a CEF promover o resgate da dívida de quem deu causa ao delito.

Ao justificar a proposta, o nobre autor alega que a medida aumentará a segurança nas operações de penhor e evitará injustiças. Consoante afirma, quem atualmente é vítima de roubo ou furto de um objeto posteriormente empenhado junto à Caixa é duplamente apenado: primeiro, porque foi roubado; segundo, porque somente poderá reaver o objeto se arcar com o pagamento da dívida criada pelo criminoso.

Compete a Comissão o exame da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, nos exatos termos dos artigos 22, inciso I, 48 e 61, todos da Constituição da República.

No tocante à juridicidade, a proposição revela-se adequada. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido. O conteúdo possui generalidade, inova no ordenamento jurídico e mostra-se harmônico com os princípios gerais do Direito.

A proposta merece aplausos. Consoante o artigo 1420 do Código Civil, somente pode empenhar bens quem pode aliená-los, deixando claro o dispositivo que a validade do contrato de penhor civil depende da legítima propriedade daquele que oferece a coisa em garantia.

Atualmente, contudo, a Caixa Econômica Federal não exige qualquer comprovação de titularidade dos bens empenhados. O quadro acaba por implicar o recebimento de joias roubadas ou furtadas pelo banco, em detrimento das vítimas de crimes contra o patrimônio. Laranjas se passam por clientes, oferecem em garantia o bem roubado no momento da formalização do empréstimo, recebem o dinheiro e nunca mais aparecem. As vítimas do crime, por outro lado, tem ainda maior dificuldade para reaver o bem, na medida em que precisarão demandar em juízo contra a Caixa.

A Justiça brasileira já teve oportunidade de afirmar que a devolução dos bens furtados independe do resgate do empréstimo, a saber:

CIVIL. CONTRATO DE PENHOR. OBJETO ORIUNDO DE FURTO. INSUBSISTÊNCIA. DEVOLUÇÃO DO BEM EMPENHADO AO SEU DONO. POSSIBILIDADE. 1. Se os bens empenhados perante a CEF - joias - foram obtidas pelo devedor através de ato ilícito (furto de residência), cabível será a devolução ao seu proprietário, independentemente do

resgate do empréstimo. O pacto de garantia não subsiste diante da ilicitude do objeto. 2. Norma infralegal, inserida no Estatuto da credora pignoratícia, no sentido de condicionar a devolução à existência de sentença penal condenatória, embora vinculativa para ela, não se converte em regra de direito civil, derogatória do art. 521 do Código Civil. 3. Improvimento da apelação. (AC 0021874-62.1989.4.01.0000 / BA, Rel. JUIZ OLINDO MENEZES, TERCEIRA TURMA, DJ p.68473 de 16/09/1996)

Em reforço ao entendimento esboçado na jurisprudência, cabe ao Congresso estabelecer norma geral voltada a trazer maior segurança jurídica aos contratos de penhor civil, impedindo que a Caixa transfira o risco de negócio àqueles que já foram vítimas de crimes contra o patrimônio. Ressalva-se, quanto à proposta, a obrigatoriedade de a Caixa promover a ação penal, pois se trata de função privativa do Ministério Público.

Em relação à técnica legislativa, é necessário adequar o projeto aos ditames da Lei Complementar nº 95/99. O 1º artigo da proposta não indica o objeto e o âmbito de aplicação da norma. Na ementa, deve ser substituído o trecho "de quem põe objetos empenhados" por "de quem empenha objetos" na Caixa Econômica Federal. A redação do atual art. 1º precisa ser mais concisa, eliminando-se a expressão que qualifica a Caixa Econômica Federal como "única Instituição Financeira que exerce o monopólio das operações de penhor civil", por desnecessária. Também é de ser excluída a cláusula revogatória geral, por sua incompatibilidade com as normas de elaboração legislativa em vigor.

Em face do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.159, de 1999. No mérito, voto pela aprovação, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado JORGINHO MELLO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.159, DE 1999

Torna obrigatória a comprovação da propriedade do bem dado em garantia, nos contratos de penhor civil.

Autor: Deputado Lincon Portela

Relator: Deputado Jorginho Mello

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei torna obrigatória a comprovação da propriedade do bem dado em garantia, nos contratos de penhor civil.

Art. 2º O credor, nos contratos de penhor civil, exigirá a comprovação da propriedade do bem dado em garantia ou a assinatura de termo de responsabilidade pelo devedor pignoratício.

Art. 3º Revelado que o bem empenhado é produto de crime, ocorrerá a imediata devolução ao legítimo proprietário, devendo o credor rescindir o contrato, promover o resgate da dívida e dar a notícia do crime aos órgãos competentes.

Art. 4 Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Sala da Comissão, em de de 2014

Deputado JORGINHO MELLO

Relator